

HABEAS CORPUS Nº 483.887 - RJ (2018/0333137-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RODRIGO MATHIAS MARTINS (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. INGRESSO FORÇADO EM DOMICÍLIO. AUSÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES. ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS. ABSOLVIÇÃO. *HABEAS CORPUS* CONCEDIDO PARA ANULAR O FLAGRANTE E AS PROVAS DELE DECORRENTES.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RODRIGO MATHIAS MARTINS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferido na Apelação n.º 0006439-22.2017.8.19.0068.

Ao que se tem dos autos, o Paciente foi condenado à pena de 7 (sete) anos e 11 (meses) de reclusão, em regime inicial fechado, e mais 800 (oitocentos) dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas, por estar portando e ter em depósito 62,8 gramas de cocaína e 33,8 gramas de maconha.

Irresignadas, as partes interpuseram recursos de apelação. O Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo e deu provimento ao ministerial. Eis a ementa do julgado (fl. 85):

"APELAÇÃO – Art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06. Pena: 07 anos e 11 meses de reclusão, em regime fechado, e 800 dias-multa. Narra a denúncia que o apelante/apelado foi preso em flagrante no interior de sua residência, situada no bairro Cidade Praiana, em Rio das Ostras, quando trazia consigo e tinha em depósito, para fins de tráfico, 33,8g de maconha, distribuídos em 17 embalagens plásticas contendo as inscrições '10 CV CDP HIDROPÔNICA CIDADE PRAIANA A BRABA'; e 62,8g de cocaína, acondicionados em 26 recipientes plásticos com as inscrições 'B2 CV \$5 PÓ', além de a quantia de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais), em espécie. A exordial acusatória aduz, ainda, que o apelante/apelado estava associado com os demais

*integrantes da facção criminosa **COMANDO VERMELHO**. **SEM RAZÃO A DEFESA: 1) Absolvição ou desclassificação para o delito previsto no art. 28 da Lei de Drogas: Impossibilidade.** Conjunto probatório robusto. Materialidade e autoria delitivas positivadas através do auto de prisão em flagrante, do laudo pericial e da prova oral. Idoneidade dos depoimentos dos policiais. Súmula 70 do TJRJ. O acondicionamento, a quantidade e as circunstâncias da apreensão são elementos que indicam que os entorpecentes se destinavam ao comércio. Confissão extrajudicial. **Prequestionamento** injustificado, buscando-se somente abrir acesso aos Tribunais Superiores. **COM RAZÃO O MP: 1) Condenação pelo crime de associação para o tráfico: Cabimento.** Firme mosaico de provas. Prisão que ocorreu em contexto que demonstra tal associação, sendo prescindível a habitualidade no comércio ilícito de entorpecentes. Circunstâncias que demonstram que o apelado estava associado com integrantes do 'COMANDO VERMELHO' para a prática do tráfico de drogas. **Merece reparo a sentença. Dou provimento integral ao recurso ministerial, para condenar o recorrido pela prática do crime capitulado no art. 35 da Lei 11.343/06. Assim, fica o apelante/apelado RODRIGO MATHIAS MARTINS condenado pela prática dos delitos previstos nos arts. 33, caput, e 35, ambos da Lei 11.343/06, à pena de 12 (doze) anos, 07 (sete) meses e 07 (sete) dias de reclusão, e 1.893 (um mil, oitocentos e noventa e três) dias-multa, no valor mínimo legal. Mantidos os demais termos do decisum guerreado. DESPROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO E PROVIMENTO INTEGRAL DO APELO MINISTERIAL."***

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 100-106).

No presente *writ*, a Impetrante alega a existência de manifesto constrangimento ilegal, em face da ilicitude da prova colhida em razão da violação do domicílio do Paciente sem mandado, bem como da ausência de provas a caracterizar o vínculo de estabilidade e permanência, para configuração do delito de associação para o tráfico de drogas.

Afirma, também, erro na dosimetria, pelo não reconhecimento da confissão espontânea do Paciente e pela necessidade de sua compensação com a agravante da reincidência.

Requer-se, "a) preliminarmente, o reconhecimento da ilicitude das provas produzidas e, por conseguinte, a decretação da absolvição do Paciente de todas as imputações; b) subsidiariamente, a absolvição do Paciente quanto ao delito tipificado no artigo 35 da Lei de Entorpecentes; c) e o reconhecimento da atenuante da confissão,

com a sua consequente compensação com a agravante da reincidência" (fl. 19).

As informações foram prestadas às fls. 114-119.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 121-123).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 5.º, inciso XI, da Constituição da República, *"a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial"*.

Com base nesse dispositivo constitucional, firmou-se dominante jurisprudência no âmbito das Cortes de Vértice, reverberada nos Tribunais locais, assentando que os agentes policiais podiam ingressar em domicílio, sem autorização judicial, em hipóteses de flagrante delito, sem ressalvas.

No caso do tráfico de drogas, na modalidade ter em depósito, a consumação do delito se protraí no tempo, não cessando com a realização da conduta descrita no tipo, vale dizer, trata-se de crime permanente e, portanto, consubstancia uma hipótese de exceção à inviolabilidade de domicílio prevista no inciso XI do art. 5.º da Constituição da República.

Em julgado da Sexta Turma deste Superior Tribunal, de Relatoria da Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, houve uma sinalização da insuficiência dessa inteligência dominante, pois afirmou-se que, *"[a]inda que seja incontroverso que nos delitos permanentes, como o de tráfico ilícito de drogas, o estado de flagrância se protraia ao longo do tempo, não se pode admitir que, com base em uma simples delação anônima, desamparada de elementos fundados da suspeita da prática de crimes, seja violado o direito constitucionalmente assegurado da inviolabilidade do domicílio"* (DJe 03/09/2015).

O Supremo Tribunal Federal, no Julgamento do Recurso Extraordinário 603.616/RO, apreciando o Tema 280 da repercussão geral, de Relatoria do Ministro GILMAR MENDES, firmou a tese de que *"a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em*

fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que, dentro da casa, ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil, e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados", conforme se extrai do esclarecimento do Ministro TEORI ZAVASCKI, no corpo do julgado.

Eis a ementa do precedente que marca a evolução jurisprudencial do Pretório Excelso:

*"Recurso extraordinário representativo da controvérsia. Repercussão geral. 2. Inviolabilidade de domicílio – art. 5º, XI, da CF. Busca e apreensão domiciliar sem mandado judicial em caso de crime permanente. Possibilidade. A Constituição dispensa o mandado judicial para ingresso forçado em residência em caso de flagrante delito. No crime permanente, a situação de flagrância se protraí no tempo. 3. Período noturno. A cláusula que limita o ingresso ao período do dia é aplicável apenas aos casos em que a busca é determinada por ordem judicial. Nos demais casos – flagrante delito, desastre ou para prestar socorro – a Constituição não faz exigência quanto ao período do dia. 4. Controle judicial a posteriori. Necessidade de preservação da inviolabilidade domiciliar. Interpretação da Constituição. Proteção contra ingerências arbitrárias no domicílio. Muito embora o flagrante delito legitime o ingresso forçado em casa sem determinação judicial, a medida deve ser controlada judicialmente. **A inexistência de controle judicial, ainda que posterior à execução da medida, esvaziaria o núcleo fundamental da garantia contra a inviolabilidade da casa (art. 5, XI, da CF) e deixaria de proteger contra ingerências arbitrárias no domicílio** (Pacto de São José da Costa Rica, artigo 11, 2, e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, artigo 17, 1). O controle judicial a posteriori decorre tanto da interpretação da Constituição, quanto da aplicação da proteção consagrada em tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico. Normas internacionais de caráter judicial que se incorporam à cláusula do devido processo legal. 5. Justa causa. A entrada forçada em domicílio, sem uma justificativa prévia conforme o direito, é arbitrária. **Não será a constatação de situação de flagrância, posterior ao ingresso, que justificará a medida. Os agentes estatais devem demonstrar que havia elementos mínimos a caracterizar fundadas razões (justa causa) para a medida.** 6. Fixada a interpretação de que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados. 7. Caso concreto. Existência de fundadas razões para suspeitar de flagrante de tráfico de drogas. Negativa de provimento ao*

recurso." (RE 603.616, Rel. Ministro GILMAR MENDES, TRIBUNAL PLENO, julgado em 05/11/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-093 DIVULG 09-05-2016 PUBLIC 10-05-2016; sem grifos no original.)

Sob a *ratio decidendi* firmada em repercussão geral pela Corte Suprema, **passo ao exame da prisão em flagrante dentro do domicílio do Paciente por manter em depósito 28 (vinte e oito) porções de substância entorpecente conhecida com oxy.**

Com efeito, o agente policial tem o dever de prender quem estiver praticando delito. Trata-se de regra expressa no art. 301 do CPP, pelo qual "*[q]ualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito*". Ainda, à luz do art. 303 do CPP, "*[n]as infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência*". Ou seja, ao agente policial compete um juízo inicial e provisório quanto ao caráter criminoso do fato atribuído a alguém.

No voto condutor do precedente em exame, o Relator salientou que "[d]o policial que realiza a busca sem mandado judicial não se exige certeza quanto ao sucesso da medida. Em verdade, dificilmente a certeza estará ao alcance da polícia. Se certeza do crime e de sua autoria houvesse, a diligência seria desnecessária" e, nessa projeção, a legislação costuma exigir modelos probatórios bem mais modestos para os atos investigativos.

De outra parte, também afirmou que a "*proteção contra a busca arbitrária exige que a diligência seja **avaliada com base no que se sabia antes de sua realização**, não depois.*"

Na esfera da inviolabilidade domiciliar, o controle judicial pode ser prévio ou posterior. Naquele caso, o CPP regulamenta o procedimento, trazendo, no § 1.º do art. 240, a necessidade de **fundadas razões**. Já na exceção constitucional ao controle prévio – flagrante delito –, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou a exigir (em controle *a posteriori*) a demonstração de que a medida foi adotada mediante justa causa.

Nos fundamentos do Relator, "[o] *modelo probatório é o mesmo da busca e apreensão domiciliar – **fundadas razões**, art. 240, §1º, do CPP. Trata-se de exigência modesta, compatível com a fase de obtenção de provas.*"

E continua:

"É amplo o leque de elementos que podem ser utilizados para satisfazer o requisito.

O policial pode invocar o próprio testemunho para justificar a medida. Claro que o ingresso forçado baseado em fatos presenciados pelo próprio policial que realiza a busca coloca o agente público em uma posição de grande poder e, por isso mesmo, deve merecer especial escrutínio. No entanto, ao ouvir gritos de socorro e ruídos característicos de uma briga vindos de dentro de uma residência, o policial tem fundadas razões para crer que algum crime está em andamento no ambiente doméstico. Não se deve exigir que busque confirmação adicional para agir.

Por outro lado, provas ilícitas, informações de inteligência policial – denúncias anônimas, afirmações de 'informantes policiais' (pessoas ligadas ao crime que repassam informações aos policiais, mediante compromisso de não serem identificadas), por exemplo – e, em geral, elementos que não têm força probatória em juízo não servem para demonstrar a justa causa."

No âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, há manifestações recentes alinhadas ao precedente do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

"RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. INGRESSO SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. ATUAÇÃO COM BASE EM DENÚNCIA ANÔNIMA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS INDICATIVOS. RECURSO PROVIDO. CONCEDIDO EFEITO EXTENSIVO.

1. O ingresso regular em domicílio alheio depende, para sua validade e regularidade, da existência de fundadas razões (justa causa) que sinalizem para a possibilidade de mitigação do direito fundamental em questão. É dizer, somente quando o contexto fático anterior à invasão permitir a conclusão acerca da ocorrência de crime no interior da residência é que se mostra possível sacrificar o direito à inviolabilidade do domicílio (REsp 1.558.004/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 31/08/2017).

2. A mera denúncia anônima, desacompanhada de outros elementos preliminares indicativos da ocorrência de crime, não legitima o ingresso de policiais no domicílio indicado, inexistindo, nessas situações, justa causa para a medida.

3. Calcando-se a decisão em questão de caráter objetivo, mister a extensão dos efeitos benéficos do julgado à corré atingida pela decisão ora anulada, nos moldes do art. 580 do CPP.

4. Recurso especial provido para anular as provas obtidas mediante busca e apreensão domiciliar, bem como as provas delas

decorrentes a serem aferidas pelo magistrado na origem, devendo o material respectivo ser extraído dos autos, procedendo-se à prolação de nova sentença com base nas provas remanescentes, estendido seus efeitos à corré Fabiana dos Passos Pereira." (REsp 1.787.855/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 03/05/2019).

"PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 5º, INCISO XI, DA CF). AUSÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS DO TRÁFICO ANTES DA INVASÃO DOMICILIAR. ILICITUDE DA PROVA.

1. Segundo a jurisprudência desta Corte Superior, embora o artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, garanta ao indivíduo a inviolabilidade de seu domicílio, tal direito não é absoluto, uma vez que, tratando-se de crimes de natureza permanente, como é o caso do tráfico ilícito de entorpecentes, mostra-se prescindível o mandado de busca e apreensão para que os policiais adentrem o domicílio do acusado, não havendo se falar em eventuais ilegalidades relativas ao cumprimento da medida (HC 306.560/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 18/8/2015, DJe 1º/9/2015).

2. O Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário submetido à sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados (RE 603.616/TO, Tribunal Pleno, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 10/5/2016).

3. No caso em análise, verifica-se, pela leitura do acórdão recorrido, que, em nenhum momento, foi explicitado, com dados objetivos e concretos, em que consistiria eventual atitude suspeita por parte do acusado. Não há qualquer referência a prévia investigação, a monitoramento ou a campanas no local, não se tratando sequer de averiguação de denúncia robusta e, sim de uma denúncia anônima acerca da comercialização de entorpecentes no local indicado. Tal denúncia anônima autorizaria a abordagem policial, em via pública do envolvido, para averiguação, mas não, por si só, o ingresso em seu domicílio, sem o seu consentimento e sem determinação judicial.

4. Não se pode concluir por outros meios, salvo a abordagem policial no interior da residência, que o acusado estivesse praticando o tráfico de drogas, ainda que tenha havido posterior descoberta e apreensão de cerca de 1.272 pedras de crack, pesando 281g, sob pena de violação do princípio da inviolabilidade do domicílio. Ademais, salienta-se que a descoberta a posteriori de uma situação de flagrante

não passou de mero acaso, não justificando a prova obtida ilicitamente. Portanto, pelo contexto fático delineado nos autos, em que pese eventual boa-fé dos policiais militares, não havia elementos objetivos e concretos que justificassem a invasão de domicílio, devendo o acórdão recorrido ser mantido.

5. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.753.662/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 28/09/2018.)

E mais: HC 471.553/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019 (DJe 12/03/2019); HC 404.124/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ acórdão Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/10/2017 (DJe 28/11/2017).

Na hipótese vertente, o ingresso forçado na casa do Acusado não possui fundadas razões, pois o único elemento prévio à violação do domicílio dentro do alcance do tipo de tráfico de drogas é a notícia anônima. Por certo, "*embora do policial que realiza a busca sem mandado judicial não se exige certeza quanto ao sucesso da medida*", a "*proteção contra a busca arbitrária exige que a diligência seja avaliada com base no que se sabia antes de sua realização, não depois*" (RE 603.616, Rel. Ministro GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 05/11/2015, DJe-093 09/05/2016).

Tampouco justifica a violação do domicílio o fato de o Paciente ter rapidamente ingressado em sua residência ao avistar os policiais, porque tal atitude, apesar de suspeita, não permite presumir a prática de situação de flagrância, nos termos da jurisprudência desta Superior Tribunal de Justiça:

"RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. FLAGRANTE. DOMICÍLIO COMO EXPRESSÃO DO DIREITO À INTIMIDADE. ASILO INVOLÁVEL. EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. INVASÃO DE DOMICÍLIO PELA POLÍCIA. NECESSIDADE DE JUSTA CAUSA. NULIDADE DAS PROVAS OBTIDAS. TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA. ABSOLVIÇÃO QUE SE MOSTRA DEVIDA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Não há violação do art. 619 do Código de Processo Penal, quando o Tribunal a quo explicita, de forma clara e fundamentada, os elementos de sua convicção, suficientes à solução da controvérsia.

2. O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo - a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno - quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito (RE n. 603.616/RO, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 8/10/2010).

3. Não houve, no caso, referência à prévia investigação, monitoramento ou campanas no local. Não houve, da mesma forma, menção a eventual movimentação de pessoas na residência típica de comercialização de drogas. Também não se tratava de averiguação de denúncia robusta e atual acerca da ocorrência de tráfico naquele local. Havia apenas a descrição de que, quando um dos réus avistou os policiais militares, dispensou uma caixa de remédios no chão e, em razão disso, os milicianos ingressaram na residência.

4. **Uma vez que não há nem sequer como inferir - de fatores outros que não o simples fato de um dos réus haver dispensado uma caixa de remédios no chão - que os recorridos estivessem praticando delito de tráfico de drogas, ou mesmo outro ato de caráter permanente, no interior da residência onde se homiziou, não há razão séria para a mitigação da inviolabilidade do domicílio, ainda que tenha havido posterior descoberta e apreensão, na residência dos acusados, de 11 pedras de crack e de mais 47 pedras dessa mesma substância entorpecente, dentro de um pinguim de gesso, sob pena de esvaziar-se essa franquia constitucional da mais alta importância.**

5. Uma vez reconhecida a ilicitude das provas obtidas por meio da medida invasiva, bem como de todas as que delas decorreram, fica prejudicada a análise das demais matérias aventadas no recurso especial.

6. **Recurso especial não provido.**" (REsp 1.635.482/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019).

"HABEAS CORPUS. NULIDADE. CONDENAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ARTS. 12 E 16 DA LEI N. 10.826/2003. PRISÃO EM FLAGRANTE. BUSCA DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EVIDÊNCIA.

1. A inviolabilidade do domicílio consubstancia direito fundamental previsto no art. 5º, XI, da Constituição Federal. O seu desrespeito, na seara do processo penal, acarreta a nulidade das provas obtidas a partir dessa violação, bem como de todas aquelas que forem delas decorrentes, nos termos dos arts. 5º, LVI, da Constituição Federal, e 157 do Código de Processo Penal.

2. Segundo o entendimento da Sexta Turma do Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, mesmo sendo incontroverso que nos delitos permanentes o estado de flagrância se protraia ao longo do tempo, deve ser demonstrada a presença de fundadas razões que demonstrem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito para que reconhecida a legalidade da busca domiciliar realizada (REsp n. 1.714.910/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 27/4/2018)

3. Na hipótese, os policiais franquearam a própria entrada no imóvel sem possuírem quaisquer indícios objetivos de que lá, no interior do domicílio, haveria a ocorrência de crimes. Apesar da conduta suspeita do paciente - abandonar a moto e empreender fuga diante da visualização da equipe policial -, ela, per si, não se apresenta como suficientemente idônea para denotar a fundada suposição de que estivesse ocorrendo a prática de infrações penais dentro da residência.

4. Ordem concedida para, reconhecida a ilicitude do ingresso dos policiais no domicílio do paciente, anular as provas obtidas a partir da busca domiciliar considerada ilícita e, conseqüentemente, a condenação proferida contra o paciente. Prejudicados os demais pedidos." (HC 364.359/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 12/03/2019.)

Ante o exposto, CONCEDO A ORDEM de *habeas corpus* para **anular** as provas obtidas mediante busca e apreensão domiciliar, bem como as provas delas decorrentes e, em consequência, **absolver** o Paciente das imputações feitas na Ação Penal n.º 0006439-22.2017.8.19.0068, determinando a expedição do respectivo alvará de soltura, se por outro motivo não estiver preso. Prejudicados os demais pedidos pela perda do objeto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora